

## VI Ibero Americano de Educação Ambiental - 2009

### O processo de implantação de Polos de Educação Ambiental: Projeto Pólen – Bacia de Campos/Rio de Janeiro/Brasil

Carolina C. de Souza<sup>1</sup>

Carlos Frederico B. Loureiro<sup>2</sup>

Laísa Maria Freire dos Santos<sup>1</sup>

Marcela Siqueira Farjalla<sup>1</sup>

Reinaldo Luiz Bozelli<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Laboratório de Limnologia/IB/ Universidade Federal do Rio de Janeiro

<sup>2</sup>Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade - LIEAS

carolinacsouza@gmail.com

projetopolen@limnologia.ufrj.br

**Oficina:** “Educación Ambiental en la Gestión y Políticas Públicas”

**Palavras-chave:**

Polos de Educação Ambiental, educação ambiental no licenciamento de petróleo e gás

**Resumo:**

A proposta dessa pesquisa foi traçar uma linha teórica acerca da conceituação de espaços que promovem iniciativas voltadas para Educação Ambiental (EA), conhecidos como Centros de Educação Ambiental (CEA), tendo como base os estudos de Silva (2004), que mostra uma visão geral desses espaços no Brasil, e traz uma proposta de quatro dimensões essenciais para eficiência desses. Diante disso, pudemos fazer um paralelo e relacionar ao processo de implantação dos Polos de EA do Projeto Pólen, que se inserem no contexto do licenciamento ambiental de dois empreendimentos da Petrobras na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro - Brasil, analisando como ocorreu essa implantação. Essa proposta partiu dos registros realizados pela equipe executora do projeto, que acompanhou as negociações para o andamento de tal processo em sua concepção e funcionamento. Foram analisadas as infra-estruturas existentes nesses espaços, bem como a participação dos envolvidos, gestores e co-gestores, e as dificuldades enfrentadas para continuidade das atividades.

## Introdução

A preocupação ambiental no Brasil se insere num contexto histórico em que se pode mencionar muitos eventos desde o século XIX, como por exemplo a criação do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em 1808, ou a Lei 601 de 1850, que proibia a exploração florestal de terras descobertas, lei essa ignorada em função da monocultura de café. Outros fatos marcaram brandamente a temática ambiental ainda sem o conhecimento e pesquisas sobre os efeitos da ação humana sobre os recursos naturais. Layrargues (2009, p.15) entende que a “crise ambiental trouxe novos desafios para as sociedades modernas, exigindo uma alteração no rumo civilizatório, e, na tentativa de escapar da catástrofe ambiental, os sistemas sociais vêm se adaptando a nova realidade”. Assim, nos anos 70, inicia-se uma visão contraposta a exploração ilimitada desses recursos com a tecnologia, para atender o desenvolvimento econômico e surgem novas discussões. Dentre as realizadas no campo de propostas para a Educação Ambiental (EA), podemos destacar a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, Estocolmo em 1972; a Conferência de Belgrado em 1975 e a Conferência de Tibilisi (Geórgia antiga URSS) em 1977. Estas e, outras geraram debates, documentos, declarações e recomendações<sup>1</sup>. Segundo Batista (2007), “esses eventos apontam a educação como uma estratégia determinante na superação da crise ambiental, pautada na participação e no estabelecimento de parcerias institucionais”. Nos anos 80, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), apresenta uma resolução estabelecendo diretrizes para a EA, e entre outros movimentos, o então Conselho Federal de Educação, atual MEC, em 1987 aprova o parecer 226/87 que considerava necessária a inclusão da EA nos currículos escolares de 1º e 2º graus, além disso, sugere a criação de Centros de EA. Em 1994 é elaborado, por diferentes esferas governamentais (MEC/MMA/MINC/MCT), o Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA e em 1999 é promulgada a Lei nº 9.795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e seu decreto de regulamentação nº 4.281 em 2002. No caso, o ProNEA confere ao órgão gestor as atribuições referentes na lei.

Com a efetivação do órgão gestor e a definição de eixos estratégicos, investe-se na consolidação de espaços interinstitucionais das diferentes esferas do governo, tendo por referência o ProNea e o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*, documento aprovado no Fórum Global, durante a Conferência Rio'92. Assim, ocorre a ampliação de Centros de Educação Ambiental (CEAs) em diversos espaços pedagógicos, a criação de Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (CIEAs) nos

---

<sup>1</sup> Não se pretende aqui traçar a história da EA com todos os eventos e seus respectivos documentos, mas contextualizar em que momento surgiram os CEAs.

estados (...) o fomento à criação de polos locais, salas verdes e Agendas 21, inclusive escolares. (Loureiro, 2007. p. 29)

Em um estudo detalhado da panorâmica dos CEAs no Brasil, Silva (2004) comenta que o primeiro documento oficial do MEC traz propostas de fundamentação e de diretrizes para implantação de CEAs, mas ainda pouco aprimoradas e inseridas na EA formal, como menciona no trecho destacado a seguir:

Na época que foram publicadas, havia uma ideia de que os CEAs deveriam constituir-se em centros difusores, catalizadores e irradiadores de experiências, informações, conhecimentos. Surgem, no entanto, ligados a uma concepção marcadamente formal da educação ambiental, vinculando ao ensino formal (escolar), e praticamente desconsiderando as experiências do chamado campo não formal da EA brasileira (Silva, 2004. p. 14)

Já em outros documentos como o ProNEA (2003) propõe que os CEAs sejam “espaços de referência, visando à formação integral do cidadão para interagir em diversos níveis e modalidades de ensino e introduzir práticas de educação ambiental junto às comunidades”. Desde então no Brasil foram difundidas várias ações de criação de espaços que visam ao desenvolvimento da educação ambiental. Dentre as várias iniciativas que buscam a criação destes espaços encontra-se o Projeto Pólen.

### **Projeto Pólen e os Polos de Educação Ambiental**

O Projeto Pólen surgiu desde o final de 2005, a partir da necessidade de proporcionar espaços de discussão e encaminhamentos sobre os impactos das atividades petrolíferas presentes nos municípios identificados na Avaliação de Impactos Ambientais, na área de influência inerente ao processo de licenciamento ambiental da Atividade de Ampliação do Sistema de Tratamento e Escoamento da Fase 2 do Campo de Marlim, por meio do FPSO (navio plataforma) P-47, e da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural no Campo de Espadarte e área leste do Campo de Marimbá, por meio do FPSO Espadarte, localizados na Bacia de Campos, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. (Projeto Pólen, 2007). Os municípios do interior do Estado, sobre área de influência desses empreendimentos e, então, compreendidos pelo Projeto Pólen são treze, sendo eles: Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, Cabo Frio, Saquarema, Araruama, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana.

Dessa forma, o Projeto Pólen se insere no campo da EA como medida mitigadora para o licenciamento ambiental de atividades de exploração e produção de petróleo e gás na Bacia de Campos, sendo realizado pelo Núcleo em Ecologia e Desenvolvimento Socioambiental de Macaé, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NUPEM/UFRJ). O projeto tem como objetivo promover condições para que diferentes atores sociais ligados à educação formal e não formal, da área de influência dos empreendimentos construam e resgatem saberes significativos, metodologias e valores necessários numa prática dialógica para: i) fortalecimento da autonomia individual e coletiva necessárias à organização e progresso social; ii) compreensão da diversidade e complexidade das questões ambientais, suas causas, efeitos e inter-relações e iii) desenvolvimento de ações mobilizadoras junto a outros atores que contribuam para o encaminhamento da resolução de questões socioambientais.

Entre suas ações, o projeto promoveu o Curso de Formação de Educadores Ambientais (CFEA), no qual teve a participação de técnicos e professores representantes das Secretarias de Educação e Meio Ambiente dos municípios envolvidos (os gestores); procurou criar espaços e estabelecer grupos para a discussão e encaminhamento de ações que contribuam para que comunidades afetadas pelas alterações geradas pela indústria do petróleo possam participar do processo de tomada de decisões sobre futuras mudanças socioambientais na região. Esses espaços/grupos são materializados no que chamamos de Polos de EA cujo gerenciamento ocorre por meio destes gestores capacitados no CFEA.

Ainda no escopo das ações do projeto são realizados Cursos de Princípios em Gestão Ambiental (CPGA), voltado para representantes da sociedade civil organizada (SCO), chamados de co-gestores. Após a participação no curso, buscou-se integrar os participantes na co-gestão dos polos, configurando o polo como uma estrutura na qual temos representantes que trabalham para a administração local e representantes de ONGs, associação de moradores, membros de conselhos, entre outros. Até o momento foram realizados três CPGA.

Ao longo do CFEA foram sendo implantados os Polos de EA em cada município, e este trabalho apresenta uma análise sobre o processo de implantação desses polos para a realização de atividades nos municípios, considerando os diferentes espaços físicos, sua regulamentação interna de funcionamento (regimento interno), dificuldades e a identidade buscada por seus gestores. Com esse trabalho, pretendemos também, contribuir para discussões sobre CEAs e outros espaços formalizados para a promoção da EA em suas diversas esferas.

Nesse contexto que se insere o relato aqui descrito, elaborando relações entre CEAs e Polos de EA do Projeto Pólen. Esses polos se enquadram em uma proposta de

EA voltada para a formação da equipe que o compõe em uma vertente da EA no processo de licenciamento ambiental, onde as iniciativas buscam a discussão de problemáticas ambientais em conjunto com as comunidades que estão relacionadas. Uma proposta de EA que assume uma

perspectiva crítica e transformadora ao promover a investigação do modo como são criadas e recriados os processos formativos a partir da compreensão de aspectos condicionantes da realidade concreta dos sujeitos individuais e coletivos, em suas práticas, lutas, representações e identidades. (Vargas, 2007, p. 64).

Ainda podemos mencionar Quintas (2004) ao proferir que a leitura da problemática ambiental se realiza sob a ótica da complexidade do meio social e o processo educativo sendo pautados por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório.

### **Objetivo**

O objetivo desse estudo foi analisar o processo de implantação dos Polos de Educação Ambiental do Projeto Pólen a luz de relações entre as concepções (ou as propostas) que regem os CEAs.

Para isto, traçamos os seguintes objetivos específicos: (i) caracterizar os CEAs quanto as suas propostas (ou concepções); (ii) caracterizar a estrutura proposta para os Polos de EA do Projeto Pólen; (iii) identificar paralelos, aproximações e/ou afastamentos entre as duas propostas de criação de espaços para a EA no Brasil.

### **Metodologia:**

A fim de caracterizar os CEAs quanto as suas propostas (ou concepções) realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre os CEAs no Brasil. Para caracterizar a estrutura proposta para os Polos de EA do Projeto Pólen, realizamos uma pesquisa documental nos registros do projeto ao longo do CFEA. Estes eram relatórios das atividades, fichas de acompanhamento dos encontros, além de relatórios mensais e semestrais de atividades, monitoramento e avaliação do projeto. Estes documentos constituem um registro sistemático sobre o andamento das negociações para aquisição desses espaços, os equipamentos presentes e as atividades que esses grupos desenvolveram em suas localidades. Ainda, foram analisados os regimentos internos dos polos elaborados pelos próprios gestores. A partir dessa leitura a implantação de cada polo foi analisada quanto as ações desenvolvidas, localização, participação dos co-

gestores e dificuldades vivenciadas, estabelecendo-se algumas relações com os CEAs e a proposta de criação de espaços de EA.

### **Centros de Educação Ambiental**

Os CEAs surgiram na década de 90, com grande influência na ECO-92 e sob estímulo de Fóruns Nacionais e Regionais de Educação Ambiental, e do I Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental (LONDRES *et al*, 2002 ). Foram entendidos como instrumentos complementares do processo de mudança na formação integral do cidadão, interagindo com diversos níveis e modalidades de ensino e introduzindo práticas de educação ambiental junto às comunidades (LONDRES, 2002). Oficialmente os CEAs foram formalizados no Brasil pelo Ministério da Educação - MEC em 1993, como produto resultante do I Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental em 1992, realizado na cidade de Foz do Iguaçu – PR. Ainda assim, a própria Lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, lei nº 9.795/99, não faz qualquer alusão aos CEAs, sendo citada a importância desses espaços no ProNEA.

A criação e o funcionamento de CEAs é uma temática pouco explorada, mas que desperta o interesse cada vez mais de estudiosos, não somente pelo crescente número no país, mas pelo que pode proporcionar em nível educacional formal ou não-formal. O conceito de CEAs não é algo formalizado por leis ou decretos, conforme descrito, ficando a cargo de pequenos grupos de pesquisa uma proposta estrutural e definição de acordo com a realidade brasileira. Para entender essa realidade, Silva (2004) realizou um estudo contendo um panorama dos CEAs no Brasil e define fases dos surgimentos desses relacionando ao movimento ambientalista emergente.

Ainda em tramitação no Ministério do Meio Ambiente (MMA) há uma proposta de recomendação para CEAs apresentada pela Diretoria de Educação Ambiental/ MMA, da Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONAMA, que objetiva indicar diretrizes para a implantação e funcionamento dos CEAs no Brasil. Após algumas alterações desde sua primeira versão, a última realizada em 2009, considera a “necessidade de estabelecer diretrizes para a melhoria da organização dos CEAs existentes e em fase de criação”, além de considerar “a necessidade de compatibilizar o funcionamento dos CEAs com os princípios estipulados pela Lei nº 9.795/99 e pelo Decreto nº 4.281/02, que estabelecem a PNEA, pelo ProNEA e pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” (Brasil, 2009).

No Art. 2º da proposta de recomendação para CEA, indica que “independentemente de sua nomeação, são consideradas CEA todas as iniciativas já implementadas que disponham das características especificadas”. No art. 1º, são elas: I

- espaços e equipamentos educativos; II – equipe educativa; e III – projeto político-pedagógico. A primeira, “*espaços e equipamentos educativos*” diz respeito a infraestrutura administrativa, física e pedagógica do espaço. A “*equipe educativa*” refere-se ao coletivo que conduzirá as atividades e o projeto político-pedagógico. Esta deve ser composta por uma equipe técnico-pedagógica multidisciplinar e que atue de forma inter e transdisciplinar, contemplando inclusive voluntários. Por fim, na dimensão “*projeto político-pedagógico - (PPP)*”, considera a instância máxima que estabelece diretrizes de organização, funcionamento, técnico-pedagógico e programático dos CEAs, submetido a um constante processo de revisão ou revalidação, sendo o instrumento orientador. No artigo referente a esta dimensão são pontuadas questões a serem consideradas no projeto político-pedagógico.

No Art. 3º, nove itens são descritos como possibilidades de objetivo, dentre eles destacamos:

- II - incentivar processos de reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais, visando à revisão de valores e comportamentos individuais e sociais aos quais se relacionam;
- III - promover ações formativas, de capacitação e treinamento em educação ambiental;
- V - delinear e implementar projetos, processos e eventos relacionados à Educação Ambiental;
- VI - articular e apoiar grupos, entidades, instituições e pessoas para potencializar ações comunitárias locais;
- VIII - desenvolver projetos de pesquisa e de produção/socialização de conhecimento.

Em nível governamental, instrumentos norteadores para o funcionamento desses CEAs são de extrema importância, mas a demora em seus processos dificulta o entendimento e desenvolvimento de práticas eficientes. Por este motivo, instituições formadas por pesquisadores, se dedicam a definir a estruturação desses CEAs. Este é o caso da Rede Brasileira de Centros de Educação Ambiental – *Rede CEAS*<sup>2</sup> – que define e divulga as estruturas consideradas mais adequadas para uma organização de tais atividades.

Ainda no estudo realizado por Silva (2004), o autor ressalta a falta de trabalhos que discutam questões a cerca das concepções de CEAs. Um dos fatores que contribuem para a complexidade nos estudos e nas discussões dessa temática é a diversidade de CEAs, caracterizada com o surgimento dos diversos “tipos”, que trazem consigo uma infinidade de denominações: *Centros de Meio Ambiente, Núcleo de*

---

<sup>2</sup> A *Rede CEAs* foi formalizada no ano de 2002 pela necessidade de se articular as diversas iniciativas de CEAs existentes do país, além de fomentar debates inerentes a essa temática.

*Educação Ambiental, Museus de Meio Ambiente, Centro de Visitantes*, entre outros. Nesse sentido, Silva (2004) propõe uma estrutura de CEA iniciativas que tenham como essência as quatro dimensões apresentadas na figura 1 abaixo.



Figura 1- Estrutura de CEA sugerida por Silva (2004)

- a) *Espaço Físico, Equipamentos e Entorno*, diz respeito à infra-estrutura do espaço e às características da localidade onde o espaço será formado.
- b) *Equipe Educativa* formada de profissionais em número suficiente para a implementação das atividades propostas pelo CEA, com desejável caráter multidisciplinar e que busque atuar sempre de forma interdisciplinar;
- c) *Projeto Político-pedagógico*, no qual estejam explicitados qual a missão, objetivos e princípios do CEA, descrição das atividades realizadas, delimitação do público, procedimentos metodológicos, formas de avaliação da equipe e do próprio CEA, dentre outros pontos a serem contemplados no projeto do CEA;
- d) *Estratégias de Sustentabilidade*, considerando que não bastam apenas dispor das três primeiras dimensões, mas o delineamento de um plano de sustentabilidade para qualquer iniciativa que se proponha um CEA.

Estas duas propostas de conceitos e estruturação para CEAs apresentadas no âmbito governamental e por Silva (2004) são diferentes em poucos aspectos, mas comumente adequadas à organização de qualquer iniciativa que se entenda como CEA. Se por um lado temos o grupo que deseja colocar em prática tais conceitos e estuda as estruturas desses espaços pelo país, mesmo que em uma pequena proporção, por outro lado temos uma definição passível de formalização por lei, mas é embaraçada por questões políticas ou atrasada por trâmites burocráticos.

## **Polos de Educação Ambiental – Projeto Pólen**

O surgimento dos Polos de EA do Projeto Pólen foi antecedido como uma necessidade de que os gestores pudessem realizar seus encontros e discussões em continuidade às ações, atividades e tarefas desencadeadas no CFEA. Originalmente esperava-se que esses espaços fossem constituídos em uma etapa seguinte ao processo de formação proporcionado pelo CFEA. Porém, com o início do curso veio a necessidade de um espaço físico para elaboração das atividades do curso, reuniões de acompanhamento da equipe executora, visibilidade do Projeto junto as prefeituras etc. Sendo assim, houve a busca pelos espaços cedidos<sup>3</sup> pelas prefeituras para tais ações, incluindo a promoção de encontros regionais entre os Polos de EA do projeto para troca de experiências. Além disso, fez-se necessário um espaço que pudesse ser referencial das ações do projeto no município e desse visibilidade da existência do grupo nos municípios para a comunidade e o poder público. Então, de forma livre e relativamente independente das demandas existentes, os grupos iniciaram a implantação dos polos no que concerne à sua estrutura imaterial (reuniões, noção de grupo, posicionamento conjunto, rede de relações, etc), o que em alguns municípios se ampliou para a conquista do espaço consolidador da identidade do Projeto Pólen (Projeto Pólen, 2007).

A instalação efetiva dos polos se deu com a aquisição de recursos que proporcionaram uma infra-estrutura material mínima com móveis, equipamentos e livros. Como atividade integrada ao curso de formação os gestores redigiram regimentos internos, ou regulamentos, que tem como estrutura os parâmetros de um projeto político-pedagógico, tal qual propõe Silva (2002) na concepção de espaços dessa natureza. Além disso, esse momento foi feito de modo a torná-lo aberto para adequações futuras, pensando na EA como processo contínuo e de modo coerente com as orientações gerais e pressupostos do próprio Projeto Pólen. Ao final dessa tarefa, outras foram surgindo até culminar nos projetos que estão em andamento e serão executados nos próximos anos.

### **Implantação dos polos**

Aqui será apresentada a análise do processo de implantação dos polos conforme as dimensões propostas em estudo realizado para CEA, para fins de organização da apresentação. Assim, mostraremos a situação dos polos em cada município ressaltando aqueles que tiveram dificuldades. As quatro dimensões essenciais que esses espaços

---

<sup>3</sup> O Projeto Pólen já previa uma formalização entre Prefeituras, Universidade e Petrobras através do “Acordo de Cooperação Técnica” que contava com a sessão de espaços para o Polo e tempo de trabalho dos gestores. Todos os municípios assinaram e conforme os prazos expiram os acordos podem ser renovados através de termos aditivos.

devem contemplar, segundo os estudos são: *Espaço Físico, Equipamentos e Entorno; Equipe Educativa; Projeto Político-pedagógico; Estratégias de Sustentabilidade.*

*Espaço Físico, Equipamentos e Entorno*

O quadro a seguir (quadro 1) mostra a localização dos polos e as dificuldades encontradas tanto para aquisição desses espaços quanto o momento em que se encontram. Nesse quadro não será considerado equipamentos visto que o equipamento é considerado padrão para todos os polos, e é parte dos custos do Projeto Pólen.

Quadro 1 – Quadro contendo a localização e algumas características dos Polos nos municípios.

Município	Local do polo	Espaço de uso exclusivo para o polo	Dificuldades
Campos dos Goytacazes	Secretaria de Educação	Não	Por problemas de carência de espaço a sala que era espaçosa e privativa teve que ser mudada de lugar, indo para um espaço apertado que é dividido com dividido com outras pessoas. Mesmo assim, as gestoras realizam todos os trabalhos.
Araruama	Secretaria do Ambiente	Não	O fluxo de pessoas é grande, logo, em dias de reunião há dificuldades de concentração. Além disso, metade das gestoras são solicitadas com frequência por estarem em suas secretarias, como conseqüência não cumprem a liberação da carga horária <sup>4</sup> combinada para o polo.
Macaé	Centro Universitário	Sim	--
Saquarema	Sala na Escola Municipal Orgé Ferreira dos Santos	Não	Pelo espaço ser em uma escola, as reuniões ficam limitadas aos horários de aula e caso a sala esteja ocupada os gestores devem esperar para usa-la.
Cabo Frio	Horto Municipal	Sim	Esse polo possui um problema de segurança dos equipamentos, já tendo ocorrido o roubo do computador. Contemplado no projeto está um equipamento de alarme.
Rio das Ostras	Núcleo de EA Municipal/ Parque dos Pássaros	Não	Há uma limitação de horário, quando o espaço é utilizado por outro grupo, as vezes são realizadas palestras e coisas do tipo.
São Francisco de Itabapoana	Secretaria de Educação	Sim	--
Arraial do Cabo	Secretaria do Ambiente	Não	O fluxo de pessoas é grande, logo, em dias de reunião há dificuldades de concentração. Além disso, são solicitados por estarem em suas secretarias. Como conseqüência não cumprem a liberação da carga horária combinada.
Carapebus	Secretaria de Cultura	Sim	São solicitadas o tempo todo por estarem em suas secretarias.

<sup>4</sup> A liberação da carga horária é firmada através do Acordo de Cooperação Técnica.

Armação dos Búzios	--	--	Precisam combinar previamente o local das reuniões por não ter ainda um local próprio. Porém, é um grupo bem articulado.
Casimiro de Abreu	Secretaria de Meio Ambiente	Não	--
São João da Barra	Setor da administração	Sim	--
Quissamã	Sala anexa ao setor de EA da Sec. M.A.	Sim	São solicitados por estarem em suas secretarias. Há perspectiva de mudança desse local e possível resolução desse problema, mas sem garantias.

Podemos observar, no quadro acima, que o único município que não possui polo, até o momento (2009), é Armação dos Búzios, estando em andamento a proposta da Secretaria de Meio Ambiente de aquisição de um local fixo. Mesmo assim, os encontros dos gestores e co-gestores são realizados em locais pré-definidos pelo grupo e este se articula sempre que possível e necessário. Esse fato nos faz refletir que nem sempre a ausência de um local significa que o trabalho não possa ser realizado, mas de fato contribui para que alguns processos de desenvolvimento das atividades se tornem mais lentos. No quadro 1, também podemos observar que dos 12 municípios com polo, cinco deles não são localizados em espaços exclusivos para a realização das atividades. Contudo, somente um polo possui o andamento das suas atividades prejudicado em função dessa condição. Além disso, dois desses polos não contam com nenhum tipo de dificuldade em realizar suas ações na condição de um espaço não exclusivo. Como exemplo dessa situação, em Casimiro de Abreu, a sala do polo era exclusiva e localizada em um departamento da Secretaria de Educação. Porém, com a mudança governamental no ano de 2009, a sala teve que ser transferida para a Secretaria de Meio Ambiente, não acarretando dificuldade este fato. Dos polos com salas exclusivas, dois apresentam problemas de mesma natureza, uma vez que são interrompidos em suas reuniões por estarem em seus espaços de trabalho na secretaria. Afinal a exclusividade não é do trabalho no polo por esses gestores, mas do espaço físico, o que para os demais funcionários das secretarias respeitarem essa situação é mais difícil. Podemos destacar também, o espaço do Polo de Saquarema, localizado em uma escola municipal, o qual possui a dificuldade de estar limitado ao horário escolar, além do fato da sala ser utilizada pela diretora quando necessário, dificultando a utilização do polo para algumas reuniões. Ainda assim, tal fato não inviabiliza a realização das atividades.

Outra questão a ser observada nos polos é a facilidade de acesso a esses espaços que em geral não apresenta limitações, até por serem em áreas centrais dentro dos municípios. Porém, não garante que, com relação aos co-gestores, a acessibilidade

seja sempre facilitada, com por exemplo o Polo de São João da Barra, entre outros, onde os distritos são distantes e a acessibilidade fica prejudicada para os co-gestores.

Em relação à localização desses espaços cedidos até o momento para os polos podemos apresentar o seguinte resumo:

Secretarias de Educação -----	2
Secretarias de Meio ambiente/ do Ambiente <sup>5</sup> ---	4
Secretaria de Cultura -----	1
Escola municipal -----	1
Centro universitário -----	1
Horto municipal -----	1
Núcleo de EA de Parque -----	1
Setor da administração -----	1

Percebemos que a dependência de um espaço público para os polos traz uma situação que tanto pode favorecer como atrapalhar o grupo no desenvolvimento das atividades. Se por um lado, ao ceder o espaço a estrutura administrativa reconhece e aceita a existência do grupo conferindo-lhe uma identidade, um nome e até certa organicidade, por outro lado a excessiva proximidade prejudica uma rotina de trabalho do polo que deve ser preterida em função de necessidades de urgência das secretarias sempre com grande carência de pessoal.

O que torna interessante a análise do processo de implantação é o fato de cada polo estar inserido em um perfil de espaço diferenciado, atendendo as particularidades de cada município. Num quadro geral, os polos estão instalados em: espaços das secretarias de educação, cultura ou meio ambiente, escola, centro universitário, Horto municipal e Núcleo de EA de um parque municipal.

#### *Equipe Educativa*

Os integrantes da equipe educativa do polo são os gestores e os co-gestores atuantes. Esta equipe foi capacitada para o trabalho por meio do CFEA e do CPGA. Através do Acordo de Cooperação Técnica os gestores são cedidos pelo período de 8 horas/semanas, distribuindo-se conforme suas atividades nas secretarias, mas com horários definidos dentro dos polos. Por outro lado, os co-gestores atuam nos polos em caráter voluntário. Esta situação nos permite entender que, dentre as dificuldades encontradas para execução dos trabalhos nos polos, está a limitação da disponibilidade

---

<sup>5</sup> Atualmente algumas secretarias não são mais chamadas de “secretaria de meio ambiente” e sim “secretarias do ambiente”.

de co-gestores, por questões financeiras para chegar ao polo ou eventualmente se ausentar de atividades que de seu sustento. Além disso, enfrentam também desafios diante das mudanças e das situações políticas dos municípios, uma vez que os interesses que representam com frequência são opostos àqueles do poder público.

Inicialmente os co-gestores eram selecionados para o CPGA por seu perfil ser ligado a organizações da sociedade civil (OSC) - Associação de moradores local, ONG's, liderança comunitária, entre outros - contribuindo assim para as discussões, planejamento das ações e avaliação dentro do polo e não somente em sua execução. Devido ao número de representantes das OSC ser reduzido em muitos municípios, ou de com alta frequência serem ligados à esfera estatal, houve a flexibilização deste perfil para no II e III CPGA, fazendo com que as vagas se direcionassem as pessoas que tivessem interesse em atuar nas questões ambientais de seus municípios. Eram indicadas pelos gestores e co-gestores já atuantes nos polos, ou, como no III CPGA, aberta para quem tivesse interesse. Dessa forma, ao concluir o curso esses co-gestores atuavam junto aos gestores nas ações dos polos. Alguns fatores, além dos já mencionados, contribuíram para que essa atuação não fosse integralmente uma realidade em todos os polos. Podemos destacar como um aspecto influente na determinação da participação dos co-gestores em alguns polos as divergências políticas de alguns deles com relação aos governos atuais, o que favorece a instabilidade no polo e dificuldades por parte das secretarias.

Contrapondo aos aspectos negativos dessa relação entre gestores e co-gestores para participação desses representantes da OSC nas atividades dos polos, identificamos que os co-gestores se mantêm presentes quando há:

- Identificação com o projeto do polo e interesse da OSC representada no projeto do polo, e/ou afinidade de temáticas trabalhadas;
- Condições materiais/logísticas para a participação do co-gestor no polo;
- Administração de conflitos no polo;
- Receptividade dos gestores aos co-gestores;
- Possibilidade de atuação como co-gestor do polo.

Observamos a partir da experiência de relatos nas Visitas de Acompanhamento<sup>6</sup> (VA's) e a partir de discussões em eventos promovidos pelos polos, que a relação entre

---

<sup>6</sup> Podemos entender as visitas de acompanhamento como encontros realizados periodicamente entre a equipe executora do projeto e os participante dos polos para acompanhar e auxiliar o andamento das atividades, o processo de implementação dos polos e a formação e desenvolvimento dos grupos dos polos.

os gestores e co-gestores é algo a ser trabalhado nos polos e pode ser um exercício de mediação de conflitos.

O quadro 2 a seguir detalha o perfil dos gestores no âmbito de suas secretarias, quantos realizaram o CFEA e atualmente quantos fazem parte da equipe do polo, bem como as dificuldades encontradas

Quadro. 2 - Quadro do perfil dos gestores e sua atuação no polo

Município	Gestores				Dificuldades
	Perfil <sup>7</sup>		Atuação		
	Sec. Edu	Sec. MA	CFEA	Atuantes no polo	
Campos dos Goytacazes	4	2	6	5	Por problemas de relacionamento interno uma das gestoras não continuou no grupo, mas finalizou o CFEA.
Araruama	2	2	4	4	--
Macaé	2	2	4	4	--
Saquarema	4	--	2	2	Por questões pessoais dois gestores solicitaram afastamento do polo. Esses dois não concluíram o CFEA.
Cabo Frio	2	2	4	3	Em função das mudanças políticas uma das gestoras foi afastada da secretaria, e participa como voluntária no polo.
Rio das Ostras	2	1	3	1	Em função de mudanças administrativas e questões políticas dois dos gestores foram afastados do polo.
São Francisco de Itabapoana	2	1	3	2	Por motivos pessoais e administrativos um dos gestores se afastou do polo.
Arraial do Cabo	--	2	2	2	--
Carapebus*	2	--	2	2	---
Armação dos Búzios	1	1	2	2	---
Casimiro de Abreu	1	1	2	1	Um dos gestores se afastou do polo por questões políticas sem concluir o CFEA.
São João da Barra	1	1	2	1	Por questões políticas e de relacionamento interno, uma das gestoras não atua mais no polo sem concluir o CFEA.
Quissamã	1	1	2	2	--
<b>TOTAL</b>	<b>24<sup>8</sup></b>	<b>16</b>	<b>38</b>	<b>31</b>	

\* Nesse caso o polo tem duas gestoras, sendo uma da Secretaria de Cultura e a outra originalmente da Secretaria de Educação. Atualmente as duas são da Secretaria de Cultura.b

Com esse quadro pretendemos destacar o perfil dos gestores em cada polo com relação as suas secretarias. Primeiramente podemos observar que apenas uma gestora era cedida pela Secretaria de Cultura, dado que a Secretaria de Meio Ambiente à época alegou não dispor de funcionário que pudesse ser indicado para participar do projeto,

<sup>7</sup> Esse perfil foi traçado em 2008 considerando a turma de participantes do curso.

<sup>8</sup> Está contabilizado a gestora do Polo de Carapebus que é da Secretaria de Cultura não contemplada no quadro.

vaga assumida pela Secretaria da Cultura. Mudanças administrativas inviabilizaram a permanência da gestora ligada à Secretaria de Educação que foi transferida também para a Secretaria de Cultura. Os demais gestores se não foram afastados das atividades do polo por motivos políticos ou pessoais, não mudaram de secretarias. Outra questão que merece destaque refere-se ao município de Saquarema que não possuem nenhum gestor representando a Secretaria de Meio Ambiente. Tal fato é decorrente do não envolvimento desta secretaria com o projeto, por motivo de omissão, mas também que reflete uma disputa interna no município à época.

Assim, o quadro apresenta um panorama das pessoas participantes do CFEA que continuaram e atuam nos polos e das que por questões políticas e administrativas se desvincularam do projeto e não atuam nas atividades do polo. No momento 31 gestores estão atuantes nos polos de forma a contribuir com funcionamento do polo e suas ações.

A relação entre os gestores e co-gestores nos polos foi sendo construída conforme as necessidades para elaboração das atividades. Em alguns casos que os polos ficaram com apenas um gestor, estes contaram mais com a ajuda dos co-gestores e conforme os CPGA aconteciam, surgiam mais representante de OSC para contribuir nas ações. Conforme o quadro que se segue (quadro 3), observamos que muitas pessoas da OSC foram envolvidas nesse processo, porém poucas de fato atuam nos polos. Para o Projeto Pólen (Projeto Pólen, 2009) é considerado um co-gestor atuante quando este:

- Participa em reuniões no polo;
- Participa nas discussões sobre a elaboração do projeto do polo;
- Participa nas reuniões com a equipe executora;
- Participa em atividades de desenvolvimento de equipe nos pólos;
- Participa nos eventos do projeto Pólen.

Quadro 3 – Relação de co-gestores nos CPGA e os que estão atuando nos polos

Município	Co-gestores que realizaram o curso			Co-gestores atuantes no polo do curso		
	I CPGA	II CPGA	III CPGA	I CPGA	II CPGA	III CPGA*
Campos dos Goytacazes	5	4	2		1	
Araruama	4	3	5	--	--	
Macaé	4	2	4	1	--	
Saquarema	4	4	5	3	4	
Cabo Frio	4	4	2	--	1	
Rio das Ostras	3	4	5	2	3	
São Francisco de Itabapoana	3	2	3	2	1	
Arraial do Cabo	2	2	4	--	--	
Carapebus	--	2	1	--	2	
Armação dos Búzios	2	2	1	2	1	
Casimiro de Abreu	2	2	6	1	1	
São João da Barra	2	3	2	2	1	
Quissamã	2	4	2	1	1	
TOTAL	37	38	42	14	16	

Podemos perceber que o número de pessoas que participaram do I CPGA foi superior aos que de fato estão atuando nos polos. Isso também ocorreu no II CPGA, a partir do momento em que nem a metade das pessoas que fizeram o curso está atuando. Contudo, ainda não temos essa informação para o III CPGA por dois motivos: o primeiro porque esses últimos participantes ainda estão no início do processo de envolvimento com o polo, e segundo porque as pessoas que participaram desse último curso sabiam de muitas das dificuldades dos polos e se envolveram para somar as ações. Essa situação nos faz refletir que há uma tendência desse número de pessoas que fizeram o III CPGA ser maior que os outros.

Ao percebermos o perfil dos gestores e co-gestores dos polos, é importante relevarmos a formação dessas pessoas, que trazem ao polo um caráter multidisciplinar. A maioria dos gestores são especializados, tendo 90% concluído a formação superior. Esta formação está, na maioria dos casos, relacionada a cursos na área ambiental, como biologia, na área da educação e na área tecnológica, outros já concluíram o mestrado ou estão em andamento. Com relação aos co-gestores existe uma diversidade na formação, sendo que um número menor não possui o ensino médio, a maioria concluiu o ensino médio e alguns já concluíram o curso superior ou estão em andamento. Nos relatórios

não foram encontrados indícios de que essa situação limita a participação dessas pessoas, pois em geral, estão presentes nos polos pelo conhecimento que possuem de seus municípios e por suas atuações enquanto agente mobilizadores nas questões socioambientais na região. Em muitos casos, a formação e conhecimento desses co-gestores vêm complementar às atividades práticas do polo junto aos gestores.

#### *Projeto Político-Pedagógico*

Entende-se por Projeto Político-Pedagógico (PPP) um documento norteador das instituições que tem em suas ações práticas pedagógicas. Segundo Silva (2004), no campo da EA, os estudos e discussão sobre PPP são poucos, sendo encontrado em estudos no âmbito escolar. Com sua pesquisa voltada para CEA ressalta:

Entendemos que o PPP deva ser uma das dimensões iniciais a serem discutidas e equacionadas em qualquer projeto de implementação de CEA, por considerá-lo a espinha dorsal de qualquer CEA, representando toda sua sustentação ideológica, política, pedagógica, metodológica e material, ou seja, um importante *elemento estruturante* do CEA e de uma diversidade de instituição. Sabemos, no entanto, que há diversas iniciativas que surgem sem qualquer discussão sobre seu PPP. (Silva, 2004. p 63)

Conforme mencionado anteriormente, no CFEA umas das atividades desenvolvidas foi o regimento dos polos. Nesse regimento, também chamado de regulamento, os gestores deveriam descrever sua origem, políticas entre outros, que serviriam como diretrizes para a organização administrativa e pedagógica de suas práticas. Os critérios para elaboração dos regimentos foram criados partindo de uma demanda dos gestores e seguiu de certa forma as premissas do Projeto Pólen, visto que os polos estão atrelados ao projeto. Estes tiveram o Projeto Pólen como orientador, porém, por possuírem uma diversidade em suas condições políticas, administrativas e pessoais em cada município, os regimentos foram feitos conforme suas realidades. Abaixo relacionamos os itens que deveriam constar em seus regimentos:

- Origem, denominação
- Pressupostos e Concepções
- Objetivos ou Finalidades do polo
- Organização do polo
- Obrigações dos membros
- Alterações do regulamento
- Sistema de avaliação interno e externo
- Casos omissos

- Anexos

A maioria dos polos seguiu a estrutura formal de regimentos institucionais e o fez em modelo de “lei” a ser cumprida. Outros foram menos formais, mas não descartando o modelo acima orientado. Em função das mudanças políticas em determinados municípios, alguns polos já alteraram seus regimentos, como é o caso do polo de Casimiro de Abreu. Os principais pontos que mudaram dizem respeito a mudança de localização do polo e afastamento de um gestor. Além disso, com a contribuição de um novo co-gestor o modelo de regimento foi alterado em sua formatação de texto corrido e informal para um texto formal em caráter de “lei”.

Em geral os gestores dos polos sabem que esse é um documento importante que auxilia na organização e prática diária, mas vemos que muitas responsabilidades ditas nos regimentos não são cumpridas e não fazem com a devida seriedade as atualizações. Tal fato se deve a certa dependência que alguns gestores tem da equipe executora em realizar as atividades conjuntamente e pela falta de tempo disponível dos gestores.

#### *Estratégias de Sustentabilidade*

A busca por estratégia para alcançar os objetivos de cada polo, não é tarefa fácil considerando os diversos fatores que interferem sobre os mesmos (objetivos, política, questões pessoais, relação com NUPEM/UFRJ e Petrobras, etc). Mas um esforço é feito através do acompanhamento da equipe executora e das ações nos polos que aumentam a visibilidade desses, buscando garantir a permanência em seus locais e abrindo oportunidade para a criação de parcerias. Ao mencionar a questão das ações, é importante ressaltar algumas dessas, a fim de destacar os pontos em que esses gestores e co-gestores estão atuando dentro dos propósitos da EA em seus municípios ou até entre os municípios também. Assim, demonstramos abaixo (quadro 4) uma relação dessas atividades desenvolvidas pelos polos em cada município.

Como dito anteriormente, os polos se encontram em fase de elaboração e execução dos seus projetos locais como tarefa final do CFEA. Nesse momento, estão acontecendo eventos de lançamento dos projetos, bem como ações mútuas de apoio que não estão relacionadas aqui.

Quadro 4 - Atividades desenvolvidas pelos polos em 2007 e 2008 (relatório semestral do Projeto Pólen, 2008)

Município	Atividades desenvolvidas pelos polos no período 2007-2008
Campos dos Goytacazes	Oficina na Semana Pedagógica da Secretaria de Educação.
Araruama	Participação na elaboração do decreto que institui o Polo municipal de EA.
São Francisco de Itabapoana	Participação como Polo em Conselho consultivo da Estação Ecológica de Guaxindiba
Arraial do Cabo	Palestra em Curso de EA para professores da região
Carapebus	Colaboração na organização da Semana do Meio Ambiente
Armação dos Búzios	Encontro de secretários II Polinizando os Polos
Casimiro de Abreu	Fórum Ambiental
São João da Barra	Apresentação do projeto para escolas Participação como Polo em Conselho de Meio Ambiente I Polinizando os Polos Intercâmbio com Polo de Armação dos Búzios em evento Para professores de São João da Barra
Quissamã	Exposição de estande do projeto em feira municipal

Podemos destacar algumas ações que se inserem nesta dimensão de estratégias de sustentabilidade. Como por exemplo, o Polo de Araruama que por iniciativa dos gestores foi elaborado e aprovado o Decreto nº 64 que institui o Polo Municipal de EA de Araruama. O Decreto, em seu artigo 5º coloca que:

Art. 5º. - Ficam a secretaria Municipal de Ambiente Educacional e Serviços Públicos, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, como responsáveis pelas ações que tratam o Decreto, através dos integrantes do Projeto Pólen e dos Projetos Especiais relacionados ao Meio ambiente e a Educação Ambiental.

Este decreto representa um esforço local para a consolidação do trabalho do projeto articulando outras iniciativas de EA na região. Significa que o Polo de EA está institucionalizado na estrutura do município e que pode ter mais força de ação no trabalho com EA na região.

Destacamos também a participação de polos em conselhos, ainda que como observadores, o que reforça o interesse desses grupos em estar presentes e atuantes na gestão ambiental públicas dos seus municípios. Além disso, alguns polos buscam manter junto à administração um canal de informação sobre as ações dos polos, como no “Encontro de Secretários em Armação dos Búzios” promovido para apresentar a estes as ações dos polos da região Costa do Sol. Ressaltamos aqui que o evento foi promovido por Armação dos Búzios, mas com o envolvimento de mais quatro polos.

A busca por parcerias também é um fator determinante para a sustentabilidade desses espaços. No caso dos polos, a parceria mais direta que possuem são com os co-gestores, não somente por fazerem parte da equipe, mas enquanto representantes de

suas instituições que podem vir a contribuir de forma distinta nas ações do polo. Com a execução dos projetos, esses polos esperam criar novas parcerias de cunho institucional, financeiro, político ou pessoal. No caso de Arraial do Cabo, antes mesmo do projeto do polo ser aprovado para sua execução, este foi procurado para firmar uma parceria com outra instituição o que permitiu ampliar a proposta para o projeto pretendido.

No IV módulo do CFEA, os gestores estavam sendo preparados para a elaboração dos projetos a ser desenvolvido pelo polo. Fez-se necessário uma atividade que buscasse uma reflexão maior sobre suas responsabilidades enquanto gestores dos polos e para consolidação desses espaços nos municípios. Assim, os gestores puderam levantar questionamentos a cerca de sua identidade e sustentabilidade. A seguir no quadro 5 mostraremos uma panorâmica dos pontos levantados, separados por eixos de perguntas (Projeto Pólen, 2008):

Quadro 5 – Perguntas levantadas pelos gestores em atividade do IV Módulo de CFEA.

Eixos das perguntas para agrupamentos	Perguntas dos gestores
Sustentabilidade financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a possibilidade de parcerias para levantar recursos?</li> <li>• Gestão financeira dos polos (curto, médio e longo prazo)</li> <li>• Como garantir a sustentabilidade financeira dos polos, após o término do convênio entre BR/UFRJ?</li> </ul>
Questão do polo na relação interinstitucional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Poderemos atuar em projetos de outras instituições?</li> </ul>
Questão da identidade do polo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autonomia? De quem é o polo?</li> <li>• Somos Prefeitura ou polo/Pólen? Qual a nossa identidade?</li> </ul>
Questão sobre continuidade do polo/pessoas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qual a garantia de existência do polo pós convênio<sup>9</sup>?</li> <li>• Manutenção da composição dos polos quanto as secretarias envolvidas.</li> </ul>
Questão política	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Como o espaço dos polos, pode ser garantido, havendo a mudança de governo?</li> <li>• Intervenções político-partidárias nos polos.</li> </ul>

---

<sup>9</sup> O gestor aqui se refere ao convênio referente entre NUPEM/UFRJ e Petrobras.

Esta atividade proporcionou aos gestores oportunidade de discutir sua existência e levou à alternativas que vão de encontro aos resultados esperados pelo Projeto Pólen. As respostas a essas questões não foram totalmente finalizadas por se tratar de um processo ainda em construção. Porém, puderam refletir que após a elaboração do projeto final, o polo já estaria mais preparado para desenvolver outras atividades de EA no município, com outros recursos. Concluíram que, mesmo os polos não sendo institucionalizados, os gestores têm a possibilidade de trabalhar como profissional capacitado para desenvolver atividades de EA em seus municípios. Na preocupação com a continuidade das atividades, levam às prefeituras a responsabilidade quando sugerem que a manutenção do polo deva ser feita por essas, mas entendem que devam, enquanto gestores, buscar instrumentos legais para essa institucionalização, além da participação em espaços como conselhos e câmaras de vereadores, exercendo assim a autonomia das atividades. Quanto a essa autonomia dos polos, é atentado pelos grupos a necessidade de fortalecimento dos polos com a OSC por ocasião das tomadas de decisões (gestão compartilhada). Por fim, criam estratégias para o fortalecimento do polo através de ações já mencionadas aqui, como participação em conselhos, além do registro em mídia das ações do polo para dar maior visibilidade frente a sociedade e poder público.

### **Considerações finais**

Os Polos de EA do projeto Pólen estão inseridos no contexto do licenciamento ambiental, constituídos de representantes das Secretarias de Educação e Meio Ambiente para desenvolverem ações no âmbito da gestão ambiental pública, e contam com a ajuda de representantes da OSC nessas ações. Esses espaços estão alocados em diversos perfis institucionais, como dentro das secretarias, escolas, hortos municipais entre outros, sendo eles de forma exclusiva para funcionamento dos polos ou não. A proposta dessa investigação foi traçar uma linha teórica a cerca da conceituação de espaços que promovem iniciativas voltadas para educação ambiental, conhecidos como CEA, tendo como base os estudos de Silva (2004) e outros documentos sobre CEAs, onde mostra a panorâmica desses espaços no Brasil, e trazendo uma proposta de quatro dimensões essenciais para eficiência desses.

Nessa conjuntura, podemos concluir que os polos vão além da estrutura física, este se constitui de ações realizadas por profissionais capacitados durante as etapas do projeto com parcerias ou não de outros grupos. Sendo assim, os polos cada vez mais

têm buscado a realização de ações que extrapolam as atividades no âmbito do CFEA e da elaboração dos projetos dos polos. Com isso, os gestores e co-gestores vão assumindo propostas de atividades para os polos que caracterizam sua atuação no município. Todavia, vale ressaltar que o funcionamento dos polos é bastante característico, como esperado, tendo mais ou menos dificuldades dependendo das condições encontradas no município e do engajamento dos gestores.

Entendemos que o funcionamento dos polos ainda é muito frágil e necessita de um acompanhamento e motivação da equipe executora que tem buscado manter o contato e estímulo junto aos gestores não somente através de VA's, mas também de outras formas de contato. A partir das eleições de 2008 e com o início dos novos mandatos desde janeiro de 2009, algumas mudanças ocorridas nos municípios comprometeram o funcionamento dos polos de acordo com o planejado inicialmente (Projeto pólen, 2008), mas em alguns casos também contribuíram para uma melhora.

Cada polo possui sua história de implantação o que contribui cada vez mais com os esforços por um estudo aprofundado de espaços educativos que promovam ações de cunho socioambiental. Essas ações não visam somente a resolução de problemas, incorporam em sua estrutura pedagógica a discussão das problemáticas e seus conflitos para, assim, buscar alternativas de enfrenta-las. Esses espaços estão em constante processo de transformação e, ainda assim, buscam sua identidade tal como CEAs, ou poder público, ou outra forma de instituição que seja adequada às suas ações e parcerias.

Pudemos identificar com esse estudo algumas relações que se complementam e outras deixam margem a maiores pesquisas sobre a identidade buscada por espaços como os polos. O propósito maior de se definir CEAs é para que seja estabelecida diretrizes para a melhoria da organização desses espaços em nível nacional, além de compatibilizar o funcionamento com os princípios da lei que institui a EA no Brasil. A questão gira em torno de uma regulamentação ou não de espaços que promovam tal atividade, para em casos como os polos, onde a estrutura se assemelha a CEA, porém conta com dúvidas sobre sua identidade, possam se desenvolver de forma autônoma, de acordo com sua concepção, advindo de licenciamento, patrocínio, vínculos exclusivos com uma determinada empresa ou outro meio.

Ao apresentarmos a proposta de recomendação de CEA e descrevendo a experiência dos polos podemos destacar três itens da recomendação já citados para relacionar a proximidade de definição desses espaços, ao mesmo tempo refletir que se os polos contam com esses parâmetros, é então capaz de se questionar sobre sua forma de atuação, buscando sua emancipação fora do espaço do poder público ou não:

- II - incentivar processos de reflexão crítica sobre os problemas ambientais atuais, visando à revisão de valores e comportamentos individuais e sociais aos quais se relacionam;
- V - delinear e implementar projetos, processos e eventos relacionados à Educação Ambiental;
- VI - articular e apoiar grupos, entidades, instituições e pessoas para potencializar ações comunitárias locais;

Uma relação que podemos identificar ser contraponto a idéia de um CEA no caso dos polos, são os PPP, onde vimos que o vínculo desses espaços ao Projeto Pólen se apresenta em um âmbito maior que geram outros projetos com seus PPP de forma diferenciadas e direcionadas à suas realidades. Não podemos afirmar que isso seja um ponto negativo ou positivo, nos leva à reflexões sobre as práticas enquanto espaços com metodologias próprias.

Partindo de uma estrutura similar aos CEAs, entendemos que os polos possuem uma particularidade por serem espaços ligados ao poder público local, cujos gestores têm a contribuição de representantes da OSC em suas ações, em caráter voluntário. Estas devem buscar tanto a formulação de políticas para o meio ambiente, quanto o planejamento e aplicação de decisões que afetam a qualidade do meio natural, social e cultural. Esses espaços são a concretização de parcerias entre poder público e sociedade civil para a efetivação de projetos em EA que contemplem a proposta de uma EA emancipatória, crítica e transformadora, garantindo que os diferentes segmentos sociais intervenham no processo de gestão. Além disso, todos os polos fazem parte de um único projeto – Projeto Pólen - que norteia ações e as vincula a uma demanda específica dentro do campo da EA que é o contexto do licenciamento ambiental.

## **Agradecimentos**

Gostaríamos de agradecer a todos os integrantes do Laboratório de Limnologia/UFRJ; aos integrantes do NUPEM/UFRJ; à Coordenação de Licenciamento Ambiental da Petrobras da Unidade de Negócios da Bacia de Campos (CLA/UN-BC); aos participantes das atividades que têm contribuído para que o projeto se realize e para que a discussão sobre a questão ambiental no interior do Estado do Rio de Janeiro se torne mais profunda; aos municípios envolvidos e a toda a equipe do Projeto Pólen, aos que já passaram e aos que continuam.

Apoio: PETROBRAS

Realização: Projeto Pólen (NUPEM/UFRJ).

## Referencias Bibliográficas

BATISTA, M. S. S. Educação Ambiental como política publica: uma incursão pelos caminhos da gestão. In: GRACINDO, R. V. (org.) Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Líber Livro Ed., 2007. 263 p

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Programa Nacional de Educação Ambiental. Brasília. 2003

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Proposta de Recomendação dos Centros de Educação Ambiental. CONAMA. Brasília. 2009

IBAMA. Seminário sobre a formação do Educador para atuar no processo de Gestão Ambiental. Anais do Seminário sobre a formação do educador para atuar no processo de Gestão Ambiental, 4 a 7 de julho de 1995 – Brasília. IBAMA, 1995. 34p.

LAYRARGUES, P. P. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: Loureiro, C. F. B., Layragues, P. P., Castro, R. S. (orgs). Repensar a educação ambiental: um olhar crítico. São Paulo: Cortez. 2009. 201 p.

LONDRES, F. C., SILVA, F. D., SORRENTINO, M. Um estudo sobre centros de educação ambiental no Brasil. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Volume 9 2002

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental: diálogos e desafios. In: GRACINDO, R. V. (org.) Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Líber Livro Ed., 2007. 263 p.

QUINTAS, J. S. Educação no processo de gestão ambiental: uma proposta de educação ambiental transformadora e emancipatória. In: Layargues, P.P (coord.). Identidades da Educação Ambiental Brasileira. Brasília. Ministério do Meio ambiente. 2004. 156 p.

SILVA, F.D., SORRENTINO, M. Centros de Educação Ambiental no Brasil: movimento singular ou plural? OCA: Laboratório de Educação e Política Ambiental, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, USP. SP. 2002

SILVA, F. D. Histórico, Classificação e Análise de Centros de Educação Ambiental no Brasil. Dissertação (mestrado) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Piracicaba, 2004. 194p.

VARGAS, L. A. A. Contribuições para a construção de uma educação ambiental transformadora: educação e trabalho em um assentamento de reforma agrária. In: GRACINDO, R. V. (org.) Educação como exercício de diversidade: estudos em campos de desigualdades sócio-educacionais. Brasília: Líber Livro Ed., 2007. 263 p.